



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 28/05/2026

Hora: 11:05:06

PEDIDO DE COMPRA: 000141 / 2026

EMIÇÃO: 28/04/2026

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEMAG

Objetivo: LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. Recurso proveniente do Convênio Nº 917024/2021, Processo Nº 21000.082044/2021-52, Plataforma+ Brasil Nº 33346/2021 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Justificativa: ADQUIRIR NOVOS EQUIPAMENTOS QUE IRÃO AGREGAR A PATRULHA AGRÍCOLA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ GONZAGA/RS E DISPONIBILIZADOS ÀS COMUNIDADES BENEFICIADAS, POSSIBILITANDO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA JUNTO AOS AGRICULTORES E A MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA DE ÁREAS RURAIS, AUMENTANDO A ÁREA DE PRODUÇÃO E A PRODUTIVIDADE NAS PROPRIEDADES. OS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS IRÃO INTEGRAR-SE COM EQUIPAMENTOS QUE JÁ FORAM ADQUIRIDOS ATRAVÉS DE CONTRATO DE REPASSE COM O MAPA.

DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de patrulha agrícola mecanizada, destinada a agregar novos equipamentos à patrulha agrícola pertencente ao Município de São Luiz Gonzaga/RS, a serem disponibilizados às comunidades rurais beneficiadas, com a finalidade de ampliar a assistência técnica aos agricultores e promover a mecanização agrícola de áreas rurais, contribuindo para o aumento da área de produção e da produtividade nas propriedades atendidas.

Os equipamentos objeto da presente contratação são considerados bens de natureza comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. Os quantitativos e valores estimados encontram-se em conformidade com o disposto e aprovado no âmbito do Convênio nº 917024/2021, celebrado com o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, de acordo com a proposta apresentada pelo Município, conforme discriminado neste Termo de Referência.

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO
01	01 unidade	DISTRIBUIDOR AGRÍCOLA COM AGITADOR, RESERVATÓRIO EM POLIETILENO, DISCO DE DISTRIBUIÇÃO COM NO MÍNIMO DE 3 PALHETAS, CAPACIDADE DE NO MÍNIMO DE 600 KG.
02	01 unidade	ENFARDADEIRA COM CARDAM COM EMBREAGEM, BRAÇO ALIMENTADOR, COMPRIMENTO INTERNO PARA ARMAZENAMENTO DE FIO, DIMENSÃO DO FARDO APROXIMADO DE NO MÍNIMO 20 CM, RODA COPIADORA PARA TERRENOS IRREGULARES.
03	01 unidade	PLANTADEIRA HIDRÁULICA/SEMEADORA, COM DISTRIBUIDOR PNEUMÁTICO, DOSADOR DE ADUBO, LINHA PANTOGRÁFICA COM ROLAMENTOS, COM NO MÍNIMO 07 LINHAS, COM RODA LIMITADORA COM REGULAGEM.
04	01 unidade	GRADE ARADORA. NOVA, CONTROLE REMOTO, COM 18 DISCOS DENTADOS DE 26"X6MM, LARGURA DE CORTE DE 2,4 METROS, COM PESO MÍNIMO DE 2.000KG, ESPAÇAMENTO DE 270MM, 8 MANCAIS À ÓLEO DUPLA VEDAÇÃO, COM 04 EIXOS COM CALÇO DO PISTÃO PARA TRANSPORTE, REGULAGEM DE ABERTURA ATRAVÉS DOS CALÇÕES DE PROFUNDIDADE, MOLA DE ARTICULAÇÃO NO CABEÇALHO, PNEUS 750X16 - 10 LONAS, COM GARANTIA DE 12 MESES.

A aquisição dos equipamentos objeto desta contratação é de fundamental importância para a modernização e o fortalecimento da infraestrutura da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, contribuindo diretamente para a ampliação das ações de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural do Município. O investimento proposto possibilitará o aumento da capacidade técnico-operacional da patrulha agrícola municipal, a redução do tempo de resposta às demandas das comunidades do interior e a melhoria da eficiência, da qualidade e da continuidade dos serviços públicos prestados.

O objeto possui natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. PECULIARIDADES DO OBJETO:

As especificações abaixo estabelecem requisitos mínimos, admitindo-se produtos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às características técnicas e funcionais descritas.

CARACTERÍSTICAS:



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 28/05/2026

Hora: 11:05:06

ITEM 01: DISTRIBUIDOR AGRÍCOLA. COM AGITADOR, RESERVATÓRIO EM POLIETILENO, DISCO DE DISTRIBUIÇÃO COM NO MÍNIMO DE 3 PALHETAS, CAPACIDADE DE NO MÍNIMO DE 600 KG.

ITEM 02: ENFARDADEIRA. ENFARDADEIRA COM CARDAM COM EMBREAGEM, BRAÇO ALIMENTADOR, COMPRIMENTO INTERNO PARA ARMAZENAMENTO DE FIO, DIMENSÃO DO FARDO APROXIMADO DE NO MÍNIMO 20 CM, RODA COPIADORA PARA TERRENOS IRREGULARES.

ITEM 03: PLANTADEIRA HIDRAULICA. PLANTADEIRA/SEMEADORA, COM DISTRIBUIDOR PNEUMÁTICO, DOSADOR DE ADUBO, LINHA PANTOGRÁFICA COM ROLAMENTOS, COM NO MÍNIMO 07 LINHAS, COM RODA LIMITADORA COM REGULAGEM.

ITEM 04: GRADE ARADORA. NOVA, CONTROLE REMOTO, COM 18 DISCOS DENTADOS DE 26"X6MM, LARGURA DE CORTE DE 2,4 METROS, COM PESO MÍNIMO DE 2.000KG, ESPAÇAMENTO DE 270MM, 8 MANCAIS À ÓLEO DUPLA VEDAÇÃO, COM 04 EIXOS COM CALÇO DO PISTÃO PARA TRANSPORTE, REGULAGEM DE ABERTURA ATRAVÉS DOS CALÇÕES DE PROFUNDIDADE, MOLA DE ARTICULAÇÃO NO CABEÇALHO, PNEUS 750X16 - 10 LONAS, COM GARANTIA DE 12 MESES.

VIGÊNCIA DO CONTRATO ATÉ 31/12/2026.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação de Contratação e seus quantitativos encontra-se detalhado no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR anexa esse TERMO DE REFERÊNCIA.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para atender à necessidade administrativa identificada consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando à aquisição de patrulha agrícola mecanizada, por meio do fornecimento de implementos agrícolas, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, em consonância com o Estudo Técnico Preliminar e com o objeto do Convênio nº 917024/2021, celebrado com o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.

A opção pela aquisição direta dos equipamentos decorre da análise técnica e econômica realizada no ETP, a qual demonstrou a inviabilidade das alternativas avaliadas, tais como locação, cessão, compartilhamento de equipamentos ou terceirização dos serviços, especialmente em razão da necessidade de uso contínuo, permanente e descentralizado dos implementos agrícolas no âmbito das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural – SEMAG.

Sob a ótica da eficiência administrativa e da economicidade, princípios consagrados no caput do art. 37 da Constituição Federal e no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, a aquisição apresenta-se como a solução que melhor atende ao interesse público, ao assegurar autonomia operacional, disponibilidade imediata dos equipamentos, previsibilidade de custos e maior controle sobre a manutenção e conservação dos bens patrimoniais, fatores indispensáveis à continuidade dos serviços públicos prestados às comunidades rurais.

Do ponto de vista econômico, a solução proposta revela-se mais vantajosa, uma vez que o investimento inicial se dilui ao longo da vida útil dos equipamentos e do uso intensivo a que serão submetidos, proporcionando redução de custos futuros, mitigação de riscos operacionais e maior retorno social do investimento público, além de afastar a dependência de terceiros e a indisponibilidade de equipamentos em períodos de maior demanda.

Cumprir destacar que a solução adotada encontra-se em estrita conformidade com o planejamento da contratação pública, nos termos do art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, atendendo à finalidade do Estudo Técnico Preliminar como instrumento destinado à identificação da alternativa mais adequada e vantajosa para o atendimento da necessidade administrativa, conforme definição do art. 6º, inciso XXII, da referida lei.

Dessa forma, a solução proposta atende integralmente aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público (art. 11 da Lei nº 14.133/2021), constituindo-se na alternativa mais adequada para a satisfação da necessidade administrativa identificada e para o pleno atendimento das políticas públicas municipais voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e ao desenvolvimento rural.



REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto possui natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. PECULIARIDADES DO OBJETO:

As especificações abaixo estabelecem requisitos mínimos, admitindo-se produtos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às características técnicas e funcionais descritas.

1.1. CARACTERÍSTICAS:

ITEM 01: DISTRIBUIDOR AGRÍCOLA. COM AGITADOR, RESERVATÓRIO EM POLIETILENO, DISCO DE DISTRIBUIÇÃO COM NO MÍNIMO DE 3 PALHETAS, CAPACIDADE DE NO MÍNIMO DE 600 KG.

ITEM 02: ENFARDADEIRA. ENFARDADEIRA COM CARDAM COM EMBREAGEM, BRAÇO ALIMENTADOR, COMPRIMENTO INTERNO PARA ARMAZENAMENTO DE FIO, DIMENSÃO DO FARDO APROXIMADO DE NO MÍNIMO 20 CM, RODA COPIADORA PARA TERRENOS IRREGULARES.

ITEM 03: PLANTADEIRA HIDRAULICA. PLANTADEIRA/SEMEADORA, COM DISTRIBUIDOR PNEUMÁTICO, DOSADOR DE ADUBO, LINHA PANTOGRÁFICA COM ROLAMENTOS, COM NO MÍNIMO 07 LINHAS, COM RODA LIMITADORA COM REGULAGEM.

ITEM 04: GRADE ARADORA. NOVA, CONTROLE REMOTO, COM 18 DISCOS DENTADOS DE 26"X6MM, LARGURA DE CORTE DE 2,4 METROS, COM PESO MÍNIMO DE 2.000KG, ESPAÇAMENTO DE 270MM, 8 MANCAIS À ÓLEO DUPLA VEDAÇÃO, COM 04 EIXOS COM CALÇO DO PISTÃO PARA TRANSPORTE, REGULAGEM DE ABERTURA ATRAVÉS DOS CALÇÕES DE PROFUNDIDADE, MOLA DE ARTICULAÇÃO NO CABEÇALHO, PNEUS 750X16 - 10 LONAS, COM GARANTIA DE 12 MESES.

A aquisição dos equipamentos, da qual trata a presente Licitação, deverá ser prestada da seguinte forma:

2. PRAZO, FORMA E LOCAIS DE ENTREGA:

2.1. Após a homologação do certame, será formalizado o competente instrumento contratual com a empresa vencedora. Após a assinatura do contrato, o Setor Administrativo da SEMAG emitirá e encaminhará à contratada a **Autorização de Fornecimento**, acompanhada da respectiva **Nota de Empenho**, quando aplicável.

2.2 O fornecimento do objeto contratado deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal da contratada e aceitação expressa do contratante.

2.3. A entrega deverá ocorrer na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Venâncio Aires, nº 2438, Bairro Centro - São Luiz Gonzaga, RS, CEP 97.800-000, **SEM QUAISQUER CUSTOS PARA O MUNICÍPIO**, incluindo frete, seguros, taxas, tributos e demais despesas necessárias ao cumprimento da obrigação.

2.3.1. A Contratada deverá comunicar formalmente ao Contratante eventual impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, apresentando justificativa e proposta de cronograma, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, ficando a prorrogação condicionada à análise e aceitação do Contratante.

2.4. O recebimento do objeto **NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE DO LICITANTE CONTRATADO** quanto aos vícios ocultos ou defeitos que se manifestem durante a utilização normal do bem, aplicando-se, no que couber, as disposições legais pertinentes.

2.5. Por ocasião da entrega, caso seja verificado que os produtos não atendem às especificações exigidas, poderá a Administração rejeitá-los, no todo ou em parte, obrigando-se a contratada a promover a substituição do bem não aceito no prazo de **15 (quinze) dias** contados de sua notificação.

2.6. Os itens deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a garantir sua integridade e segurança durante o transporte, responsabilizando-se a contratada por quaisquer danos decorrentes de embalagem inadequada.

2.7. A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com o objeto, observadas as exigências fiscais aplicáveis.

2.8. A empresa contratada deverá no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste Certame, OBEDECER rigorosamente todas as disposições legais pertinentes.

2.9. O objeto do presente contrato será recebido:

2.9.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

2.9.2. Definitivamente, por servidor (GESTOR) ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado, após verificação do atendimento integral às exigências contratuais.



3. PAGAMENTO:

- 3.1. O pagamento fica condicionado à efetiva liberação dos recursos financeiros pelo órgão concedente/conveniente, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade por atrasos decorrentes da não liberação dos referidos recursos.
- 3.2. Os pagamentos serão efetuados em **até 30 (trinta) dias úteis** contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, após o recebimento definitivo do objeto, devendo constar no documento fiscal, ou acompanhá-lo, o atestado de recebimento devidamente assinado pelo fiscal do contrato.
- 3.3. O documento fiscal deverá ser emitido pelo estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.
- 3.4. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, quando aplicáveis.

4. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

4.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.
- c) Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o devido pagamento à Contratada, na forma e nos prazos estabelecidos neste contrato.
- f) Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 4.1.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, contado do protocolo do requerimento, para decidir, admitida prorrogação motivada, por igual período.
- 4.1.2. O Contratante deverá responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 01 (um) mês, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos previstos no edital e neste contrato e em sua proposta, assumindo integralmente e exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução;
- b) Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e defeitos do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- e) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, os bens entregues em desacordo com o pactuado;
- f) Atender às determinações do fiscal ou gestor do contrato ou da autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- g) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, quando aplicáveis;
- i) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.
- j) Executar o contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo autorização expressa do Contratante.

5. SANÇÕES:

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal Nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas em lei:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 28/05/2026

Hora: 11:05:06

- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Em razão das infrações administrativas, poderão ser aplicadas, observada a gravidade da infração, a extensão do dano causado, a reincidência e demais circunstâncias relevantes, as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa, na forma prevista no edital e no contrato;
- III. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo legal;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

6. EXTINÇÃO

- 6.1. O contrato será extinto quando cumpridas integralmente as obrigações assumidas por ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo final de vigência.
- 6.2. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, inclusive por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 6.2.1. Nas hipóteses de extinção contratual, aplicam-se, no que couber, os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3. A extinção do contrato não constitui óbice ao reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, na hipótese em que será devida indenização, mediante termo indenizatório, nos termos do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

7. HABILITAÇÕES

Os licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação, na forma do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as seguintes disposições:

7.1. Habilitação Jurídica:

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;
- d) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, bem como com o Município de São Luiz Gonzaga/RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional - CTN, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- e) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, a ser realizada diretamente no sistema eletrônico quando do envio da proposta.



7.3. Habilitação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para sua apresentação, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Após a adjudicação e homologação pela Autoridade Superior, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação para assinatura do contrato. Os equipamentos serão devidamente requisitados pela SEMAG, **prazo máximo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período** contados do recebimento da ordem de fornecimento acompanhada de nota de empenho correspondente, emitida pelo CONTRATANTE seja realizada a entrega no local indicado na ordem de fornecimento, conforme descrito no item 04 deste termo de referência.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 6.910, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023, que "Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de SÃO LUIZ GONZAGA/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

A gestão e a execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do CONTRATANTE através dos servidores RENE DOMERASKI, matrícula 6418 – Titular e VANDERLEI GONÇALVES REBOLHO, matrícula 64 Suplente a quem competirá comunicar ao Gestor do Contrato as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato e solicitar a correção das mesmas. O Secretário Municipal de Agricultura, Sr. LAURO WEBER, matrícula 6057 será o Gestor do contrato. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento expedido e devidamente assinado pelo fiscal do contrato. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 4, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021. As propostas devem ser apresentadas dentro do orçamento estimado para a contratação, de acordo com a estimativa de valores apresentados no Estudo Técnico Preliminar.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada considerando a quantidade máxima de cada item, o valor total de R\$ 330.660,67.

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 6871 de 2022, que "Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 28/05/2026

Hora: 11:05:06

Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

PESQUISAS DE PREÇOS REALIZADAS:

LICITAÇON

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

SISTEMA TAG

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida ocorrerá por meio da seguinte dotação orçamentária:

12.02 20 606 0480 1086 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos Agrícolas

4490 52 00 00 00 - Equipamento E Material Permanente-0500 (Acesso 1416)

4490 52 00 00 00 - Equipamento E Material Permanente-0700 (Acesso 1415)

Origem do recurso: Recursos financeiros oriundos do **Convênio Nº 917024/2021**, celebrado entre o Município de São Luiz Gonzaga/RS e o Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, conforme proposta aprovada no âmbito da Plataforma + Brasil, destinados especificamente à aquisição de patrulha agrícola mecanizada, em consonância com objeto e as finalidades estabelecidas no referido Convênio,